

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.451.254 - RJ (2019/0043527-0)

AGRAVANTE : MEGADATA COMPUTACOES LTDA
ADVOGADOS : ALBERTO DAUDT DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ050932
RAFAEL HENRIQUE FIUZA DE BRAGANÇA - RJ121320
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MEGADATA COMPUTAÇÕES LTDA, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO ORDINÁRIA. CSLL. DECADÊNCIA. OCORRÊNCIA. LAUDO PERICIAL. PERITO. IMPARCIALIDADE. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DIREITO INTERTEMPORAL. ELEVADO VALOR. REDUÇÃO. ARTIGO 20, §§ 3º E 4º DO CPC/73. DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO E NEGAR PROVIMENTO À REMESSA.

1 - O presente caso cuida do exame dos seguintes pontos abordados pela apelante, quais sejam, a condenação da parte autora ao pagamento dos valores referentes ao CSLL dos 1º e 2º trimestres de 1998 e a fixação dos honorários sucumbenciais no mínimo legal (10% sobre o valor da condenação), nos moldes do que dispõe o artigo 85, § 8º do CPC/15.

2 - A sentença reconheceu a decadência relativa à CSLL dos 1º e 2º trimestres de 1998, com base no prazo decadencial de cinco (5) anos previsto no artigo 173 do CTN, na súmula vinculante n.º 8 do STF, além do parecer conclusivo do perito do Juízo acerca do decurso do prazo quinquenal, extinguindo o feito nessa parte, nos moldes do artigo 156, inciso IV do CTN.

3 - Como regra geral, o início da contagem do prazo de decadência é o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, nos moldes do artigo 173, I do CTN, acima transcrito. No caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo de cinco anos é contado a partir do fato gerador, nos termos do artigo 150, § 4º do CTN.

4 - No caso, o perito do Juízo ao analisar a presente conclui que o prazo decadencial de cinco anos já foi ultrapassado, considerando as datas de vencimento do 1º e do 2º trimestre da CSLL relativo ao ano de 1998.

5 - Registre-se, por oportuno, que análise feita por contador judicial, que possui imparcialidade no exame da questão, possuem maior confiabilidade, já que elaborados por servidor público, pessoa idônea, imparcial e que possui fé pública, requisitos estes que garantem a idoneidade dos mesmos.

6 - A sentença, diante da sucumbência mínima da parte autora, fixou honorários advocatícios em R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais), com fundamento no artigo 85, § 3º, incisos I, II e III c/c artigo 86, parágrafo único, do CPC/15.

7 - A recorrente sustenta que o montante fixado é bastante elevado, considerando a complexidade e natureza da causa em apreço, razão pela qual requer a redução para o mínimo legal (10%) sobre o valor da condenação, com esteio no artigo 85, §8º do CPC/15.

8 - Cabe aqui verificar em uma análise de direito intertemporal qual legislação processual civil (CPC/73 ou CPC/15) deve se aplicar ao presente caso, considerando que o Juízo *a quo* fixou a verba sucumbencial com base no CPC/15, haja vista que o decisum foi publicado já na égide do novo CPC.

9 - Nos termos do artigo 14 do CPC/2015, a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada. Posto que a nova normatização processual tenha, ordinariamente, aplicação imediata aos processos em curso, os atos processuais já praticados, perfeitos e acabados não podem ser atingidos pela mudança ocorrida posteriormente.

10 - Considerando tais argumentos, entendo que a lei vigente na data do ajuizamento da ação é a que deve regular a questão dos honorários advocatícios, visto que foi naquele momento que a parte ponderou o risco da rejeição de sua pretensão e, conseqüentemente, os ônus sucumbenciais a que estaria sujeita, os quais não podem ser alterados, sob pena de ofensa ao princípio da segurança jurídica.

11 - Destarte, na determinação dos honorários advocatícios devidos, o juiz deve tomar por base os seguintes dados: grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado, bem como o tempo exigido para o seu serviço, podendo, inclusive, condenar a parte que sucumbiu em um valor fixo.

12 - In casu, fixo os honorários sucumbenciais em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando o trabalho realizado no processo, a aplicação do critério da equidade e a curta duração da presente ação, ajuizada em 2015, bem como decisões similares praticadas por esta Corte, na forma do disposto no artigo 20, §§ 3º e 4º do CPC.

13 – Remessa necessária a que se nega provimento e recurso de apelação a que se dá parcial provimento.

Na origem, trata-se de ação anulatória de débito fiscal. O valor da causa, em maio de 2015, era de R\$ 2.029.707,63 (dois milhões vinte e nove mil, setecentos e sete reais e sessenta e três centavos).

Em sede de sentença, o juízo de primeira instância julgou os pedidos parcialmente procedentes e condenou a União ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais), nos termos do art. 85 do CPC/2015.

O tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso de apelação, conforme ementa acima colacionada. Na ocasião, assentou que "*a lei vigente na data do ajuizamento da ação é a que deve regular a questão dos honorários advocatícios*", motivo pelo qual fixou, em desfavor da União, honorários sucumbenciais em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), aplicando o art. 20 do CPC/73.

No recurso especial, o recorrente aponta violação ao art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC/2015 e ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973.

Sustenta, em síntese, que os honorários advocatícios

sucumbenciais devem ser arbitrados conforme as disposições do CPC/2015, uma vez que tanto a sentença, quanto o acórdão, foram proferidos já sob a égide do novo diploma processual. Subsidiariamente, caso não se entenda pela aplicação CPC/2015, pleiteia a majoração dos honorários fixados conforme o art. 20 do CPC/1973.

Aponta dissídio jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão, a recorrida alega a existência dos óbices das Súmulas 7, 182 e 211/STJ e 283/STF.

O recurso especial foi inadmitido com base no óbice da Súmula 7/STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

O Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência no sentido de que a fixação dos honorários sucumbenciais deve obedecer a legislação processual civil vigente à época em que foi proferida a primeira decisão que estabeleceu a verba honorária, seja na sentença do juízo monocrático, seja no acórdão do Tribunal de origem, sendo indiferente a data do ajuizamento da ação e a data do julgamento dos recursos correspondentes.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, *verbis*:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. GDPST. OFENSA AOS ARTS. 1022, II, 489, § 1º, DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. IRREDUTIBILIDADE NOMINAL DE PROVENTOS. VIOLAÇÃO AO ART. 41, § 3º, DA LEI Nº 8.112/90. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 282 E 356 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. OFENSA AO ART. 85, § 3º, DO CPC/2015. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973. INAPLICABILIDADE DO REGIME JURÍDICO PREVISTO NO ART. 85 DO CPC/2015. PRECEDENTES. REVISÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. No que tange a suposta ofensa aos arts. 1022, II, e 489, § 1º, ambos do CPC/2015, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional, nem em vício, quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte. Ademais, o magistrado

não está obrigado a se manifestar sobre todas as teses invocadas, bastando que decida de forma motivada a questão. No presente caso, a questão da irredutibilidade nominal de vencimentos foi expressamente enfrentada pelo Tribunal de origem quando do julgamento do recurso de apelação, inexistindo a alegada negativa de prestação jurisdicional.

2. De igual modo, não há contradição em afastar a negativa de prestação jurisdicional e reconhecer a ausência de prequestionamento quando o Tribunal de origem não decide a matéria à luz do dispositivo invocado nas razões do recurso especial, como ocorreu na espécie, uma vez que a questão da irredutibilidade de vencimentos foi enfrentada com enfoque constitucional, nada tendo sido mencionando sobre o art. 41, § 3º, da Lei nº 8.112/90.

3. Em relação a alegada ofensa ao art. 41, § 3º, da Lei nº 8.112/90, por impossibilidade de redução nominal dos proventos, verifica-se que a matéria não foi apreciada pelo Tribunal de origem sob o enfoque infraconstitucional pretendido, carecendo a questão do indispensável prequestionamento, o que atrai a incidência, por analogia, dos óbices previstos na Súmula nº 282/STF e na Súmula nº 356/STF.

4. Quanto ao dissídio jurisprudencial, a interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional está condicionada ao preenchimento dos requisitos formais previstos no art. 1029, § 1º, do CPC/2015, e no art. 255, § 1º, do RISTJ. In casu, a agravante limitou-se a transcrever a ementa do acórdão paradigma, proferido pelo Tribunal Regional da 5ª Região nos autos da Apelação/Reexame necessário nº 558.390/CE, sem realizar, contudo, o devido cotejo analítico entre o acórdão recorrido e o julgado mencionado, mediante a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos confrontados, o que impede o conhecimento do recurso pelo dissídio. Ademais, não há similitude fática e jurídica entre os julgados, tendo em vista que o acórdão do Tribunal Regional da 5ª Região, apontado como paradigma, tratou da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), gratificação diversa do presente caso (GDPST), sem apreciar a questão da irredutibilidade nominal dos proventos com base no art. 41, § 3º, da Lei nº 8.112/90, dispositivo apontado pela recorrente para fundamentar a suposta divergência, neste ponto.

5. A jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que a sentença é o marco temporal para delimitação do regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios. Assim, indiferente a data do ajuizamento da ação e a data do julgamento dos recursos correspondentes, a lei aplicável para a fixação da verba honorária é aquela vigente na data da sentença que a impõe (ou da primeira decisão que trata da verba honorária, caso seja acórdão). Precedentes.

6. Quanto ao pedido de majoração da verba honorária, o entendimento deste Tribunal Superior é no sentido de que, salvo as hipóteses excepcionais de valor excessivo ou irrisório, não se conhece de recurso especial cujo objetivo é rediscutir o montante da verba honorária fixada pelas instâncias de origem, ante o óbice previsto na Súmula nº 7/STJ. No presente caso, os honorários de sucumbência foram fixados pelo Tribunal de origem de acordo com os critérios previstas no art. 20, § 3º, do CPC/1973, especialmente diante da natureza repetitiva da lide, não se mostrando irrisória a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) arbitrada.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1656736/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018)

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

I - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que confirmou o julgamento monocrático de não conhecimento do recurso especial pela incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

II - No recurso especial, a parte recorrente requer a reforma do acórdão regional para que sejam aplicados os critérios estabelecidos no art. 85 do CPC/2015 na fixação da verba honorária.

III - O acórdão regional está em conformidade com a jurisprudência do STJ, no sentido de que a legislação aplicável na fixação dos honorários advocatícios é aquela vigente no momento da publicação da sentença ou do acórdão que fixa sucumbência. Precedentes: REsp 1.672.406/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 22/8/2017, DJe 13/9/2017; REsp 1.465.535/SP, Rel. Ministro Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 21/6/2016, DJe 22/8/2016; AgInt no REsp 1.657.177/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 23/8/2017; e REsp 1.644.846/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 27/6/2017, DJe 31/8/2017.

IV - No caso dos autos, confirmada, no Tribunal de origem, a sucumbência fixada na primeira instância, devem ser mantidos os critérios da legislação vigente à época da publicação da sentença, ou seja, o CPC/73.

V - Embargos de declaração acolhidos para corrigir erro material, com efeitos modificativos, para negar provimento ao recurso especial.

(EDcl no AgInt no REsp 1644923/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 15/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FUNRURAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. MARCO TEMPORAL PARA INCIDÊNCIA DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS N. 2 E N. 3 DO STJ.

1. Não procede a alegada contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, tendo em vista que o Tribunal de origem decidiu, fundamentadamente, as questões essenciais à solução da controvérsia, concluindo que, a despeito da titularidade dos honorários advocatícios, o art. 21 do CPC/1973 permite o rateio da verba honorária quando configurada a sucumbência recíproca.

2. Nos termos da consolidada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, o art. 23 da Lei n. 8.906/1994 não revogou o art. 21 do CPC/1973, sendo possível a compensação dos honorários advocatícios fixados em regime de sucumbência recíproca, permitindo ao titular dos honorários a cobrança do saldo porventura existente.

3. Na espécie, observa-se dos autos que a sentença foi publicada antes do início da vigência do CPC/2015, o qual se deu na data de 18/3/2016, conforme o teor dos Enunciados Administrativos n. 2 e 3 desta Corte Superior. Desse modo, a pretensão do recorrente direcionada ao arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais nas regras do art. 85 do CPC/2015 não merece prosperar.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1428443/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 17/04/2018)

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. MAJORAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 83/STJ. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO.

1. Cuida-se de irresignação com a decisão do Tribunal de origem que entendeu que apenas os residentes dentro da faixa de zoneamento referente à Estação de Tratamento contam com o direito a indenização. Os recorrentes que, consoante as provas dos autos, moram fora do zoneamento ficaram inconformados por não ter sido configurado, quanto a eles, o dano moral.

2. O órgão julgador decidiu a questão após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em Recurso Especial. Imiscuir-se na presente aferição encontraria óbice no éditto 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

3. Com relação ao pleito de majoração dos danos morais, esclareça-se que o STJ só excepcionalmente admite a revisão do valor da indenização por dano moral "em caso de patente absurdo, quando se extrapole inteiramente do razoável, seja para mais ou para menos" (REsp 71.778-RJ, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, RSTJ 87/228). E tal não é a hipótese dos autos.

4. Assentou o Superior Tribunal de Justiça que "em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar-se o direito adquirido, as normas sobre honorários advocatícios não são alcançadas por lei nova. A sentença, como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015" (REsp 1.465.535/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 21/6/2016, DJe 22/8/2016).

5. A hermenêutica ora propugnada pretende cristalizar a seguinte ideia: se o capítulo acessório da sentença, referente aos honorários sucumbenciais, foi prolatado em consonância com o CPC/1973, serão aplicadas as regras do vetusto diploma processual até a ocorrência do trânsito em julgado. Por outro lado, nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, as normas do novel CPC cingirão a situação concreta.

6. De fato, o próprio art. 14 do CPC/2015 aponta norma de direito intertemporal, com o escopo de proteger os atos praticados na vigência da codificação anterior: "Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada."

7. Em face dos contornos de direito material, não é possível sustentar-se a aplicação das novas regras de honorários recursais a partir de 18.3.2016, data em que entrou em vigor o novo CPC. De fato, a aplicação imediata do instituto, seguindo o princípio do isolamento dos atos processuais, revestirá a defendida natureza material com o capeirão da vertente processual, desconstruindo, como consequência cartesiana, toda a legislação, a jurisprudência e a doutrina, que reconheceram, após décadas de vicissitudes, o direito alimentar dos advogados à percepção de honorários.

8. No presente caso, a sentença foi publicada antes de 18.3.2016. Logo, aplica-se aos honorários sucumbenciais o CPC/1973.

9. Admite-se a compensação de honorários advocatícios, em consonância com o entendimento firmado no julgamento do REsp 963.528/PR

(TEMA 195 do STJ), afetado à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, com base no procedimento da Lei 11.672/2008 e Resolução 8/2008 (Lei de Recursos repetitivos), segundo o qual "Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte".

10. Verifica-se que o Tribunal a quo decidiu de acordo com a jurisprudência desta Corte, de modo que se aplica à espécie o enunciado da Súmula 83/STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."

11. Recurso Especial de que parcialmente se conhece e, nessa parte, nega-se-lhe provimento.

(REsp 1672406/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 13/09/2017)

In casu, verifica-se que a primeira fixação dos honorários sucumbenciais ocorreu na sentença, publicada em 27/9/2016 (fl. 856) e, portanto, após o início da vigência do CPC/2015, a qual se deu na data de 18/3/2016, conforme o teor dos Enunciados Administrativos 2 e 3 do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos à origem para que seja realizada a fixação dos honorários sucumbenciais nos termos do art. 85, § 3º do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator